

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 22.261.473/0001-85
Belo Horizonte - MG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar sobre o gás faturado pela PETROBRAS em moeda estrangeira (dólar norte americano). Este efeito é mitigado pelo repasse da variação cambial aos clientes, via tarifa, conforme previsto nos contratos de fornecimento de gás natural.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado nas notas explicativas 4, 5 e 6.

As captações são provenientes de emissão de debêntures com o BNDES, conforme nota explicativa 12. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do financiamento do BNDES, indexado à variação da SELIC e TJLP, cujo reconhecimento ocorre mensalmente. Os valores da citada exposição estimados pela Companhia para o próximo exercício são apresentados a seguir:

	31/12/2014		
	Valor Contábil	Cenário provável SELIC 12,8% TJLP 6,5%	Cenário possível SELIC 15,9% TJLP 9,0%
Ativos - variação pelo CDI/SELIC			
Aplicações financeiras - Circulante.....	123.189	124.421	128.240
Títulos e valores mobiliários - Circulante.....	107.817	108.895	112.237
Títulos e valores mobiliários - Não Circulante.....	1.810	1.828	1.884
Aplicações financeiras - Não Circulante.....	22.058	22.279	22.962
	254.874	257.423	265.323
Passivos			
Debêntures (TJLP) - Circulante.....	(49.571)	(50.314)	(51.554)
Debêntures (TJLP) - Não Circulante.....	(113.064)	(114.760)	(117.587)
Debêntures (CDI/SELIC) - Circulante.....	(100.618)	(101.625)	(104.743)
Debêntures (CDI/SELIC) - Não Circulante.....	(118.054)	(119.234)	(122.894)
	(381.307)	(385.933)	(396.778)
Passivo Líquido Exposto.....	(126.433)	(128.510)	(131.455)
Efeito Líquido da Variação das taxas de juros.....	-	(2.077)	(5.022)

d. Apresentação dos valores justos dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do justo valor são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados. As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações contábeis;
- Debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia com o BNDES, reajustados pela T.J.L.P. (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), bem como ao caráter pós fixado das debêntures públicas emitidas de acordo com a CVM 476/09, atreladas basicamente a remuneração do CDI que refletem taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações contábeis.

e. Apresentação de instrumentos financeiros registrados a valor justo

Os valores dos ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/precificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A tabela abaixo demonstra a classificação dos instrumentos registrados a valor justo pela Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras - Circulante.....	-	123.189	-
Títulos e valores mobiliários - Circulante....	-	107.817	-
Títulos e valores mobiliários - Não Circulante.....	-	1.810	-
Outros investimentos - Não Circulante.....	-	22.058	-

25. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com as instituições seguradoras, compreendendo a rede de distribuição, equipamentos, imóveis, automóveis para atendimento a emergências e responsabilidade civil em valores considerados suficientes pela Administração, como segue:

	Data de Vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil - Rede de distribuição de gás / Terceiros.....	15/12/2014 a 15/12/2015	60.000
Multirisco - Instalações.....	01/01/2014 a 01/01/2015	33.868
Automóveis.....	07/07/2014 a 07/07/2015	500

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa e, por isso, não refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa:

- Capitalização de juros de empréstimos tomados, adicionando o valor de R\$5.808 aos ativos que estão sendo formados;
- Aumento dos ativos intangíveis pela transferência dos ativos financeiros da concessão, no montante de R\$689.377, em virtude da renovação do contrato de concessão;
- Recuperação, pela GASMIG, de gás pago e não retirado junto à PETROBRAS, com redução do ativo no valor de R\$166.192;
- Recuperação, pelos clientes, de gás pago e não retirado junto à GASMIG com redução do passivo no valor de R\$32.727.

27. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS

A Companhia assumiu compromissos derivados de dois contratos, cujos principais termos estão descritos a seguir:

i. Contrato de Concessão:

- Realizar investimentos, cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem sua rentabilidade, assegurando a prestação de serviços previstos no Contrato de Concessão para atender a demanda nos prazos e especificações técnicas adequados, garantindo sempre a segurança e a justa distribuição do capital investido;
- Cumprir as especificações técnicas aplicáveis;
- Usar o domínio público necessário à execução do serviço, bem como promover desapropriações e constituir servidões de áreas declaradas de utilidade pública pelo PODER CONCEDENTE para prestação de serviços previstos no contrato.
- A Companhia não assumiu nenhum ônus financeiro derivado da concessão. O Contrato de Concessão prevê que a Companhia será indenizada à vista pelos serviços, obras e imóveis, benfeitorias, equipamentos, rede de canalização, medidores e de todos os demais bens do seu ativo, em caso de extinção ou decurso de prazo.

ii. Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados - UFN-V:

- Realizar os investimentos na rede de distribuição de gás natural canalizado para atendimento às instalações da UFN-V, de forma a viabilizar o início do fornecimento de gás natural em novembro de 2016;
- Cumprir as especificações técnicas aplicáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Mauro Borges Lemos

Titulares

Antônio Carlos Ramos Pereira
Cesar Vaz de Melo Fernandes
Eduardo Almeida Guedes
Eduardo Lima Andrade Ferreira
Flávio de Almeida Araújo
Francisco Eduardo Moreira
Rodrigo Botelho Campos
Rodrigo de Toledo Alves Costa

Suplentes

Samy Kopit Moscovitch
Paulo Roberto de Brito Mosqueira
Lilian Cristina Ferreira Batista
João Paulo Dionísio Campos
José de Araújo Lins Neto
Guilherme Rodrigues de Paula Chiari
Alexandre Pedercini Issa
Aline Bracks Ferreira

CONSELHO FISCAL

Titulares

Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima
Francisco Luiz Moreira Penna
Paulo César Teodoro Bechtluft

Suplentes

Aliomar Silva Lima
Eduardo José de Souza
Antônio Kardec Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Lima Andrade Ferreira Diretor Presidente	Ana Paula Guimarães Lycurgo Leite Diretora Administrativa
Lídia Maria Franco Garcia Diretora Financeira	Luiz Antônio Vicentini Jorente Diretor Técnico
Sérgio da Luz Moreira Diretor Comercial	
Eduardo Jorge Furtado Lima Gerente de Controladoria CRC-MG 40.414/O-3	

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Exercício 2014

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2014.

Foi verificada a proposta do Conselho de Administração a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada até 29 de abril de 2015, e à vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de 20 de fevereiro de 2015, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da GASMIG.

Belo Horizonte, 24 de março de 2015.

Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima
Francisco Luiz Moreira Penna
Paulo César Teodoro Bechtluft

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 e nº 11, a Companhia assinou, em 26 de dezembro de 2014, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para explo-

ração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais prorrogando o prazo de sua concessão de janeiro de 2023 para janeiro de 2053.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, mas está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de março de 2015.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-IMG 079.276/O-7